



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
10/08/2009 às 15:56  
12/05

MPV - 466

00029

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data  
07/08/2009proposição  
Medida Provisória 466autor  
Senadora Fátima Cleide PTnº do prontuário  
65

Senadora Patrícia Siqueira									
1	Supressiva	2.	Substitutiva	3.	Modificativa	4. X	Aditiva	5.	Substitutivo global
Página		Artigo		Parágrafo		Inciso		alínea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO									
2000 e seguinte									

Acrescente-se à Medida Provisória nº 466, de 2009, o seguinte artigo 7º, renumerando-se os demais:

“Art. 7º O art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 3º O disposto no art. 2º não se aplica ao Banco do Brasil S.A., à Caixa Econômica Federal (CEF), às Centrais Elétricas de Rondônia (CERON), às Centrais Elétricas de Alagoas (CEAL), às Empresas Elétricas do Acre S.A. (ELETROACRE), à Companhia Energética do Piauí S.A. (CEPISA), à Companhia Energética do Amazonas (CEAM) e a empresas públicas ou sociedade de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXII do art. 21 e a alínea c do inciso I do art. 159 e o art. 177 da Constituição Federal, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações. (NR)’

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.491, de 1997, altera a estrutura das empresas distribuidoras de energia do setor elétrico dos estados de Rondônia, Acre, Piauí, Amazonas e Alagoas.

A emenda que ora apresentamos acrescenta dispositivo à Medida Provisória (MPV) nº 466, de 2009, com o objetivo de excluir dessa autorização genérica para a privatização, as empresas distribuidoras de energia do setor elétrico dos estados de Rondônia, Acre, Piauí, Amazonas e Alagoas.



Note-se que o art. 3º da Lei 9.491, de 1997, na forma vigente, exclui da autorização para a privatização o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, bem como os entes que exercem atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXI do art. 21 e a alínea c do inciso I do art. 159 e o art. 177 da Carta.

A alteração que propomos à MPV nº 466, de 2009, visando à inclusão de empresas estaduais federalizadas na relação excludente constante do art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, faz parte de um esforço destinado a evitar os graves problemas sociais decorrentes de iniciativas desestatizantes que podem impactar severamente o conjunto dos trabalhadores dessas empresas.

Cabe salientar que as empresas CERON, ELETROACRE, CEAL, CEAM e CEPISA, cuja desestatização se deseja vedar, tinham capital estadual mas foram federalizadas no contexto da política neoliberal que transformou o setor elétrico brasileiro na década de 1990. Era o primeiro passo para transferir o seu controle acionário para a iniciativa privada. Subseqüentemente, a maioria das concessionárias estaduais de distribuição de energia elétrica foi privatizada. Tal onda privatizante não chegou, contudo, a atingir essas cinco concessionárias.

Valioso fazer uma ligeira digressão esclarecedora do assunto: o sistema brasileiro de empresas estatais de energia elétrica, que o passado recente pretendeu desmontar, e em parte o fez, é uma conquista de muitos anos. O projeto da Eletrobrás foi enviado ao Congresso por Getúlio Vargas em 1954, mas somente sete anos depois, já no governo Jânio Quadros, com apoio da Frente Parlamentar Nacionalista, a estatal foi criada. Mesmo assim, foi preciso esperar o governo João Goulart para, em 6 de janeiro de 1962, instituir, de fato, a empresa que iniciou sua função de “holding” das estatais federais que já existiam: FURNAS e CHESF. Foi no regime militar, ao longo da década de 60, que o modelo de gestão do setor elétrico brasileiro deslanchou: o planejamento central foi aprimorado, a estrutura fortalecida, novas tecnologias desenvolvidas e o esquema de financiamento foi mais bem organizado.



A partir do final dos anos 70 e começo dos anos 80, por causa de políticas de preços e captação de recursos externos, o sistema elétrico brasileiro começou a ficar debilitado. Mas foi durante o governo de 1994-2002 o grande salto para o modelo de mercado. Em apertada síntese: no ano de 1995 o governo federal emitiu dois decretos que cassaram trinta e três concessões de hidrelétricas concedidas a estatais federais e estaduais. Nesse mesmo ano, foi ainda editado o Decreto nº 1.503 possibilitando a privatização de FURNAS, CHESF, ELETROSUL e ELETRONORTE. A maioria das distribuidoras era formada por empresas estaduais. Os estados, endividados, sofreram pressão do governo federal, que começou a privatização por essas empresas, em troca de empréstimos e facilidades.

Esse movimento rumo ao estado mínimo resultou em aumentos exacerbados nas contas de energia elétrica, acima da inflação, e, em muitos casos, queda na qualidade dos serviços, principalmente a queda na eficiência dos serviços de atendimento ao consumidor. Para os acionistas não-estatais, ficaram os polpudos lucros. E, para a maioria dos funcionários das empresas privatizadas, restou o desemprego. Dois fatos são importantes para demonstrar, de modo cabal, tais assertivas:

Primeiro, o exemplo da “Light” é significativo. Na faixa de consumo de baixa renda, de zero a 30 KWh, a variação da tarifa entre janeiro de 1995 e setembro de 2002 foi de 1.104,41%. Quem consome menos foi mais penalizado. De 31 a 100 KWh a elevação foi de 404,17%. Na faixa de zero a 100 KWh houve um aumento médio de 752,5% contra uma inflação (IPC-FIPE) de 75,99%.

Segundo, dados do Banco Central, datados de 2002, entre janeiro e julho de 2002, as distribuidoras e geradoras privadas enviaram ao exterior, para as suas controladoras, um total de 918 milhões de dólares contra 99 milhões de dólares no primeiro semestre de 2001. É necessário considerar que nessa época estava figurando o chamado “seguro apagão”, pois com o racionamento elétrico no ano de 2001, o então gestores do governo federal emitiram a medida provisória nº 14 para socorrer as distribuidoras de energia elétrica, via a transferência de cerca de vinte e quatro bilhões de reais dos consumidores às concessionárias de energia. E, por sua vez, com as medidas provisórias nºs 59 e 60, aprovadas em 15 de agosto de 2002, sete bilhões foram retirados do superávit primário de 2001, desvinculando recursos das mais diversas fontes, para favorecê-las, cujo argumento foi compensar as empresas do setor por presumíveis perdas.



Desta feita, as cinco distribuidoras citadas, não por coincidência, foram federalizadas por estarem em regiões mais pobres e, portanto, carecerem de uma ação estatal mais incisiva. Transferi-las para acionistas privados implicará privar a população dos estados de Rondônia, Acre, Alagoas, Amazonas e Piauí de tarifas módicas e de serviços de qualidade. Assim, é importante que esta Casa impeça até mesmo a possibilidade de que, no futuro, algum Governo seja tentado a continuar o movimento de privatizações contrárias aos interesses dos consumidores de energia desses estados.

Entendemos que excluir o sistema elétrico da privatização, mantendo-o sob controle estatal, é essencial para o bom funcionamento da economia brasileira e, sobretudo, para que o serviço público de energia elétrica seja acessível aos segmentos sociais mais desfavorecidos, o que não pode ser garantido apenas pelas regras de mercado.

Sala das Sessões,

PARLAMENTAR

